

Estudo aponta que quase um terço do ouro extraído no Brasil tem indícios de irregularidades

[g1 g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/09/06/estudo-aponta-que-quase-um-terco-do-ouro-extraido-no-brasil-tem-indicios-de-irregularidades.ghtml](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/09/06/estudo-aponta-que-quase-um-terco-do-ouro-extraido-no-brasil-tem-indicios-de-irregularidades.ghtml)



Estudo aponta que quase um terço do ouro extraído no Brasil tem indícios de irregularidades

Um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais constatou que quase um terço do ouro extraído do Brasil tem indícios de irregularidade.

'Barões' do ouro ilegal no Brasil: dinheiro movimentado às margens da lei chegou a R\$ 16 bilhões em dois anos

Cidades inteiras foram erguidas durante o ciclo do ouro. As igrejas centenárias mostram o poder e a importância que o ouro sempre teve para o Brasil.

“Até aquele momento na história você não tinha encontrado um lugar com tanta abundância nesse mineral e de fato o Brasil e especialmente Minas Gerais acaba virando o centro do mundo nesse aspecto”, explica o diretor do Museu do Ouro, Paulo Nascimento.

Desde o Brasil colonial, a exploração ilegal desafia as autoridades. Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Ministério Público Federal, calcularam o tamanho do prejuízo, com base em imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, documentos da Agência Nacional de Mineração e declarações de compra e venda de ouro.

A conclusão é que de janeiro de 2021 a junho deste ano, das 158 toneladas de ouro produzidas no país, 30% foram consideradas irregulares. Os pesquisadores resolveram aprofundar a análise sobre a ilegalidade do ouro. Eles cruzaram dados da Agência Nacional de Mineração e informações de programas sociais, como o Bolsa Família, o Auxílio Brasil e o seguro-desemprego. Descobriram que 12 pessoas físicas que recebiam esses benefícios movimentaram mais de R\$ 100 milhões em ouro de janeiro de 2021 até junho de 2022.

Até hoje, o registro das vendas de ouro no país ainda é feito em documento de papel. A falta de um sistema eletrônico de controle, segundo os pesquisadores, impede o monitoramento das transações comerciais em tempo real e dificulta a fiscalização.

“Como você tem um sistema muito frágil, que é autodeclaratório, que não verifica nem mesmo os controles mais básicos daquela atividade, você aumenta o risco que laranjas sejam utilizados nas transações ilegais de ouro”, aponta o professor Roani Rajão.

O estudo ainda faz uma estimativa: enquanto todo o ouro comercializado no país rendeu R\$ 700 milhões em impostos, os prejuízos ambientais com explorações irregulares foram calculados em R\$ 39 bilhões.

“Existem os danos causados às comunidades ribeirinhas, por exemplo, causadas pela exposição ao mercúrio e traz danos relacionados à vegetação. Tem uma calculadora que a partir do momento que se tem uma quantidade de ouro ilegal consegue estimar o dano, o prejuízo socioambiental”, afirma o pesquisador Bruno Antônio Mazolli.

O Ministério de Minas e Energia afirmou que o governo federal tem promovido ações para estimular a regularização da extração e da comercialização do ouro. Segundo o ministério, estudos acadêmicos têm contribuído para melhorar o controle e a fiscalização.

A Agência Nacional de Mineração declarou que tem um projeto em andamento para reforçar a fiscalização e garantir a legalidade do ouro comprado por empresas como ativo financeiro.